

■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ O Programa ProJovem Campo – Saberes da terra do Distrito Federal: Uma experiência de Educação do Campo para a juventude camponesa de Planaltina-DF

 Elizana Monteiro dos Santos *

Resumo: O presente trabalho teve o objetivo de analisar as contribuições do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal para uma reflexão sobre as potencialidades da Educação do Campo de um modo mais amplo. O Programa atendeu educandos de todo o território de Planaltina/DF. O currículo do ProJovem Campo é Integrado e articulado aos saberes científicos e aos saberes populares, propondo um diálogo e um movimento, onde se objetiva a síntese e a produção de novos saberes que se aproximem com os princípios da Educação do Campo. O Programa se estruturou a partir dos princípios da Educação do Campo com elementos que caracterizam o Trabalho Coletivo, a Pesquisa e a Alternância, dentro de uma experiência concreta de prática pedagógica ocorrida dentro de um processo dialógico e permanente com atuação de Educadores do Campo formados no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNB. Os Educadores do Campo conduziram o programa e fizeram adaptações ao Programa que o impulsionou, assim o viabilizaram e garantiram a formação dos jovens. A pesquisa se deu no decorrer da execução do programa com a análise das impressões dos educadores feitas em rodas de conversa nos momentos de formação com os educadores e educadoras do ProJovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal.

Palavras-chave: ProJovem Campo Saberes da Terra. Educação do Campo. Educadores do Campo. Juventude Camponesa.

* Elizana Monteiro dos Santos é graduada em Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade de Brasília - UnB (2013), especialista em Educação do Campo para o ensino Interdisciplinar da Área de Ciências da Natureza e Matemática na Faculdade UNB - Planaltina (2016), mestre em Educação Ambiental e Educação do Campo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UnB (2017), e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB. Professora substituta do curso de Licenciatura em Educação do Campo do Campus da UnB - Planaltina (2017). Contato: elizana.monteiro@hotmail.com.

Introdução

O ProJovem Campo Saberes da Terra aconteceu em um centro de ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal e teve o objetivo de formar jovens com idade entre 18 a 29 anos, oferecendo-lhes o ensino fundamental completo e a formação técnica em agricultura familiar em um período de dois anos. O ProJovem Campo (PJC) Saberes da Terra (ST), aconteceu na escola no turno noturno e recebeu educandos de todo o território rural de Planaltina. O programa esteve sob a coordenação do Núcleo de Educação do Campo da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O coletivo de professores do PJC – ST foi contratado através de um processo seletivo. Este coletivo se constituiu, entre outras razões, porque eram, na maioria, egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UNB. Este coletivo de professores conseguiu fazer um planejamento coletivo e articulado. O desafio foi o de trabalhar a partir da proposta do Projeto Político e Pedagógico dos Cadernos Pedagógicos do PJC – ST - materiais que orientaram a escolha dos conteúdos.

As atividades do PJC – ST foram organizadas em Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Durante o tempo comunidade, foram realizadas pelos estudantes trabalhos que foram instruídos em sala de aula; de qualquer modo, os professores se organizaram para ir até as comunidades com o objetivo de observar como andam o encaminhamento das atividades, se há dúvidas e outros assuntos pertinentes. Neste movimento de ir e vir os saberes foram articulados e o PJC – ST conseguiu inserir os princípios da Educação do Campo na perspectiva da formação integral destes estudantes.

A pesquisa se deu com a participação dos educadores e educadoras do ProJovem Campo através de uma roda de conversa feita no decorrer do programa, acrescida de análise dos documentos de planejamento e dos materiais do PJC – ST.

1. Conhecendo o ProJovem Campo Saberes da Terra do DF

O Programa PJC-ST faz parte da construção de uma política educacional aliada à construção de uma política nacional de juventude, por meio da SECADI (BRASIL, 2008), implementado inicialmente como Programa Saberes da Terra – Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Qualificação Profissional e Social para os povos do campo.

O PJC – ST visa a formação de estudantes entre 18 e 29 anos que não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade/tempo ideal por inúmeros motivos: nas histórias de vida dos educandos do PJC – ST do Distrito Federal, por exemplo, os educandos relataram a evasão escolar causada por desinteresse nas aulas, gravidez precoce, filhos pequenos, casamentos, repetição, ausência de escolas e transporte próximo às comunidades, êxodo rural, trabalho no campo, ausência de incentivo familiar, dentre inúmeros outros.

No Distrito Federal, foi primeira experiência voltada para políticas educacionais para jovens do campo. O PJC – ST durou 2 anos, com início no dia 23 de agosto de 2015 e encerramento no dia 23 de agosto de 2017, com educandos e educandas de comunidades rurais do Território de Planaltina DF (19 ao todo). Essas áreas eram localizadas em vários núcleos rurais de

Planaltina. Esta diversidade de comunidades é um retrato fiel do Território Rural de Planaltina no que se limita a agricultura camponesa. São comunidades e realidades distintas, o que favoreceu uma troca de saberes muito rica entre os educandos, educandas, educadores e educadoras.

Os Tempos Formativos no PJC, também chamados de Alternância Pedagógica, previam a carga horária de 2400 horas, sendo 1800 horas em TE e 600 horas em TC. O Programa foi coordenado pelo Núcleo de Educação do Campo da Secretaria de Educação do Distrito Federal. O PJC – ST teve também como parceiros a Universidade de Brasília no Campus de Planaltina (FUP), a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) e o Instituto Federal de Brasília (IFB) Campus Planaltina.

A primeira turma do ProJovem Campo do Distrito Federal foi, desde a sua proposta inicial, um grande desafio para o movimento da Educação do Campo do Distrito Federal (BARBOSA, 2016). A construção do Programa foi feita a partir de seminários e a metodologia utilizada foi a do Percurso Formativo, que sintetiza uma caminhada pedagógica e que teve a participação de diversos sujeitos e organizações sociais do Distrito Federal. O Percurso Formativo foi composto por encontros de formação com os educadores, coordenação e parceiros do PJC – ST. A partir deste trabalho, que serviu de base para o presente artigo, buscou-se estabelecer relações entre a teoria e a prática na perspectiva da epistemologia das práxis – principalmente através de atividades educativas realizadas nos espaços educativos no TE e no TC. O trabalho formativo por alternância requer da Escola do Campo e do trabalho docente uma articulação com temas e problemas próprios da vida no campo, que estabeleçam o trabalho coletivo.

O currículo do ProJovem Campo é Integrado e articulado aos saberes científicos e aos saberes populares, propondo um diálogo e um movimento, onde se objetiva a síntese e a produção de novos saberes (BRASIL, 2008). Esta proposta de currículo integrado é organizada por eixos articuladores e eixos temáticos, sendo estes divididos em cinco cadernos pedagógicos com uma versão para os educandos e educandas e uma versão específica para educadores e educadoras. Os eixos são: Eixo Articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade e os Eixos temáticos a) Agricultura Familiar; b) Cultura, Identidade, Etnia e Gênero; c) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; d) Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; e) Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial. As temáticas abordadas nesses eixos visam à articulação de situações da realidade dos educandos em reflexões que serão abordadas na sala de aula e dentro de diálogos com as dimensões sociais, pedagógicas e tecnológicas.

Os Eixos Articuladores e os Eixos Temáticos se inter-relacionam no Arco Ocupacional da Produção Rural Familiar (BRASIL, 2008). Estes conceitos, em nossa abordagem, são substituídos pela Produção Camponesa. O Arco: Produção Rural (Produção Camponesa). Este arco é composto por um conjunto de ocupações, como: Sistemas de Cultivo, Sistemas de Criação, Extrativismo, Agroindústria e Aquicultura. O diálogo entre os saberes populares e saberes científicos produzem os saberes integrados que, por sua vez, apontam para questões da realidade e teorias, constituindo a base do currículo. Outra abordagem pedagógica e metodológica diz respeito aos Tempos Educativos:

Auto-Organização dos Estudantes, Alternância, Trabalho como Princípio Educativo e Articulação Coletiva dos Educadores/as que se torna fator fundamental nesta caminhada.

No Caminho Metodológico do PJC – ST estão previstas outras matrizes formativas como a alternância, os saberes integrados e a pesquisa como princípio educativo. A formação presencial na Escola do Campo não se dissocia das atividades nas comunidades. São espaços distintos de formação de conhecimento e se articulam quando se refletem sobre eles como práxis. De acordo com Santos (2017), as vivências e as práticas nos TC e TE são processos de ir e vir que se fundamentam no entendimento de que a vida ensina mais que a escola, que se aprende também a partir da experiência do trabalho, da participação na comunidade, nas lutas, nas organizações sociais e nos movimentos sociais.

2. A Educação do Campo e os Educadores do Campo

Para Santos (2017), a fim de compreender a Educação do Campo, precisamos compreender primeiro os modelos/projetos de campo em disputa e com eles o antagonismo de classes. Portanto, não podemos falar em Educação do Campo sem trazer o debate da questão agrária no Brasil. Na visão dos camponeses, a terra é um lugar de produção e reprodução da sua existência através do trabalho. Na agricultura camponesa, o campo, a cultura, a família e a terra são partes integrantes da vida cotidiana. O agronegócio, por sua vez, acumula e expropria a terra, gerando a concentração fundiária, que é responsável pela violência no campo; e também o uso intensivo de agrotóxicos e insumos sintéticos, que resultam na destruição de habitats naturais e ameaçam a biodiversidade. Os movimentos sociais do campo nas últimas décadas lutam incansáveis por uma reforma agrária popular, por mudanças na matriz tecnológica para uma produção limpa e diversificada de base agroecológica e pela democratização da terra.

A Educação do Campo emerge deste contexto, nasce dentro dos conflitos por terra, dentro das terras em conflito e dentro das terras conquistadas, sejam nas áreas reformadas ou de populações tradicionais camponesas. Com ela nascem as lutas por escolas do campo. A Escola do Campo demanda uma série de especificidades. Por ser fruto da luta a sua universalização não garante que esta seja voltada para os camponeses e camponesas. Segundo Molina e Sá “[...] *ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital*” (2012, p. 326).

A Educação do Campo nasce da luta dos movimentos sociais do campo e se desenvolve em os espaços que vão para além da estrutura da sala de aula - espaços em que também ocorre a produção conhecimento, que tem uma identidade própria. Promove a formação de identidade viva e presente de possibilidades e existência social. Caldart reafirma isso ao colocar:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais

dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana (CALDART, 2012, p. 257).

A Formação de Educadores do Campo na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) é parte desta caminhada. Na LEdoC, a formação se situa no âmbito da epistemologia da práxis, tem em seu objetivo a formação do educador em diferentes dimensões. A formação de um educador que possa ampliar o olhar para o envolvimento com as lutas sociais; a educação como forma de apropriação do conhecimento pela classe trabalhadora visando à transformação radical da escola e da sociedade. Compreender a formação de educadores como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, compreendê-lo como sujeitos da transformação, educadores que se tornarão lutadores e construtores do futuro.

A Licenciatura em Educação do Campo coloca a formação como uma concepção totalizante: uma formação dos educadores que rompe com a qualificação instrumental e afirma uma formação na qual a raiz de tudo é o ser humano, seu processo de humanização, de emancipação. Neste contexto, a atuação do professor comprometido com a luta é perceptível, ele consegue estabelecer relações com a escola, professores e comunidades, pois “*para se transformar o mundo, é preciso transformar a prática*” (CURADO, 2012, p. 13).

A formação de professores na LEdoC tem demonstrado que o trabalho coletivo conseguiu romper algumas barreiras. Todo o processo de construção da Educação do Campo, formação de educadores do campo e formação por área são ações contra hegemônicas que tratam de articulações que valorizam todo um contexto histórico e de valorização cultural da produção da vida dos sujeitos do campo:

Neste sentido é que compreendemos que, no conjunto das ações formativas desenvolvidas por esta Licenciatura, há amálgama que é ampliar a compreensão desses educandos em formação sobre as contradições existentes no território no qual atuam/atuarão como educadores das escolas do campo (MOLINA, 2014, p. 12).

A partir da formação na LEdoC, os educandos vão desenvolvendo uma relação com a escola e a comunidade num processo de ação e reflexão e assim intervindo e refletindo sobre a realidade para transformá-la, assim transformando a si mesmos como educadores. Os educandos adquirem uma concepção de formação docente que leva em conta os saberes, a cultura e a vida dos camponeses, mudando o seu modo de pensar a docência, relacionando a sua prática com o lugar em que vivem.

Colocando a necessidade de diálogo com os inúmeros saberes dos sujeitos do campo na perspectiva de superar as contradições existentes na escola atual, buscamos construir a escola que queremos como um espaço para a classe trabalhadora se apropriar da ciência sistematizada: “*O conteúdo da escola é preliminarmente o conteúdo da vida, do meio natural e social, sistematizado na forma de conceitos, categoria e procedimentos pelas ciências*” (FREITAS, 2010, p. 03). Socializar saberes e relações sociais é a proposta do PJC – ST e a inserção dos educadores do campo neste processo procurou garantir estes princípios.

3. A Pesquisa como Princípio Educativo na Alternância dentro do ProJovem Campo Saberes da Terra do DF

A pesquisa no PJC-ST do DF foi realizada pelos educandos e educandas, educadores e educadoras, que chamamos de sujeitos educativos. A pesquisa foi a principal fonte de informações e dados que direcionam a prática educativa. As dimensões da pesquisa foram: Família, Comunidade, Meio Ambiente, Trabalho, Escola, Religiosidade, Cultura e Organização Social. A pesquisa como princípio educativo presente nas práticas educativas do ProJovem Campo permitiu que estes sujeitos educativos conhecessem a sua realidade, se reconhecendo como produtores de conhecimento. Em cada Caderno Pedagógico está previsto um plano de pesquisa que consiste em um roteiro com questões e que são adaptados à realidade dos educandos e educandas do ProJovem Campo Saberes da Terra de Planaltina, que levou em conta as especificidades destes jovens.

A pesquisa no âmbito da academia muitas vezes deixa de lado a práxis e se atém ao rigor metodológico na produção do conhecimento. Não reconhece os sujeitos como produtores do conhecimento, como intelectuais que intervêm na realidade e a modificam. No PJC – ST os processos de ir e vir, a Alternância Pedagógica, que é uma das matrizes da Educação do Campo, tem papel fundamental, que não dissocia os tempos educativos, pelo contrário, os articula em uma lógica de promover a práxis. Ferreira (2015) reforça sobre a Alternância:

Na ótica da alternância dos tempos educativos, pretende-se fazer com que as orientações das atividades não tendam a dicotomizar os elementos teóricos e práticos do processo de ensino-aprendizagem, mas, ao contrário, que busquem sua indissociabilidade (p. 111).

A pesquisa se deu nos momentos de alternância pedagógica, prevista no PJC – ST (2008). Um dos pilares da Educação do Campo, a Alternância, se justifica na educação porque desempenha a função de formar sujeitos com consciência crítica, que conseguem intervir na realidade. E na educação isso só é possível nos processos de ir e vir com o desafio maior que é atuar sobre as questões da vida. Trazer a vida para dentro da escola.

O educando pesquisador amplia as suas possibilidades de aprendizagem e novos conhecimentos. Assim, conhecendo a sua realidade, intervindo sobre ela e se tornando pesquisador crítico. Neste sentido, Sabóia afirma que: *“A verdadeira concepção de mundo não é aquela logicamente afirmada como fato intelectual, porém a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação. Ora, a ação é sempre uma ação política”* (SABÓIA, 1990, p. 53).

A Educação do Campo nos projeta nesta perspectiva de formar sujeitos críticos da sua realidade. Passa pela escola a construção do novo homem e da nova mulher. A emancipação humana deve ser o principal objetivo da educação para a vida. A alternância nos permite chegar mais próximo a este objetivo, porque na escola em que há educadores comprometidos com a práxis pedagógica, enfatiza-se a articulação entre os conhecimentos científicos dominados pelos educandos e a relação destes com a vida.

4. ProJovem Campo Itinerante: Conhecendo outros Ambientes Educativos

O Trabalho Coletivo, a Interdisciplinaridade e a Alternância são práticas pedagógicas da Educação do Campo. As práticas educativas no ProJovem Campo buscaram refletir todos os princípios da Educação do Campo, como a auto-organização dos educandos, as mudanças nas relações sociais na escola, a atualidade, a mística, a ciranda infantil – objetivando construir coletivamente as práticas pedagógicas educativas para a formação de sujeitos críticos, emancipados.

Dentro do trabalho coletivo dos educadores do PJC – ST, a experiência do ProJovem Campo Itinerante (PCI) foi uma proposta advinda e acolhida pelo coletivo de professores do Programa, como alternativa para o TC. Nos processos de avaliação da condução do Programa, foram identificadas dificuldades na realização das atividades do Tempo comunidade, principalmente nos processos de ir e vir e de ampliar o olhar sobre as comunidades.

Ao considerar as especificidades dos educandos e educandas, surgiu a preocupação de que estes não estavam conseguindo acompanhar as atividades de Tempo Comunidade, que demandavam conhecer outras realidades devido os jovens educandos e educandas do ProJovem virem de realidades diferentes, campos e visão de campos diferenciadas – como por exemplo indivíduos oriundos de assentamentos recentes, assentamentos antigos, assalariados rurais, acampamentos, de núcleo rural e comunidades de agricultura familiar.

O objetivo do PCI foi o de aproximar todo o coletivo do ProJovem, sendo os educandos, funcionários da escola, motoristas, educadores e as próprias comunidades. O planejamento incluía a visita a cinco comunidades. Nestas cinco comunidades, o ProJovem Itinerante desenvolveu aulas que contemplavam as demandas apresentadas e as especificidades de cada localidade, abertas para comunidade e convidadas. Cada área providenciou atividades pedagógicas para as aulas nas comunidades. Bahniuk *et. al.* (2016) trazem reflexões de sobre a itinerância e a escola:

[...] a escola não pode ser sinônimo de sala de aula, onde se ensina apenas através da verbalização, apenas falando sobre a vida, mas deve se organizar acolhendo na dinâmica escolar o trabalho produtivo ou socialmente necessário e a organização coletiva ou auto-organização dos estudantes. Nesta perspectiva, são necessárias as saídas de campo, as viagens de estudos, os laboratórios, os grupos de estudo, o estudo individual, a sistematização coletiva e individual dos aprendizados deste trabalho, entre outros, incluindo as aulas que favoreçam a apreensão e a intervenção na realidade de modo cada vez mais claro, profundo e articulado (p. 12).

O coletivo de professores então passou então a amadurecer a proposta, para discutir e planejar. Foram dois encontros para discussão e auto-organização dos estudantes. O caráter do PCI foi definido a partir das avaliações dos educandos do ano anterior, que reivindicaram aulas mais dinâmicas, manifestavam a vontade de conhecer as comunidades e reivindicavam o cumprimento das promessas feitas pelo programa (sala de acolhimento, janta, bolsa dos educandos, material para as práticas agrícolas, pagamento dos professores) e o principal deles

era a preocupação com as desistências dos educandos. A partir deste debate, ficou definido o caráter do PCI como: Reivindicatório e Mobilizador. Neste sentido afirmam Molina e Ferreira, *“Respeitar os educandos nas práticas educativas na escola e na comunidade significa para Freire considerar, efetivamente, os educandos como sujeitos e protagonistas dos processos de ensinar e aprender* (MOLINA; FERREIRA, 2014, p. 134). Um avanço nesta perspectiva Freiriana de diálogo e entendimento das demandas dos educandos.

A proposta de preparação dos educandos para esta atividade previa uma assembleia para informar os encaminhamentos e tirar decisões do grupo sobre as idas as comunidades; levantar ações com os estudantes (Teatro, Agitação e Propaganda, panfletagem); divisão dos grupos e agenda das visitas. Os professores foram divididos nestes três grupos, em que os educandos que se identificassem com cada um destes temas se somariam aos respectivos grupos de preparação. Este movimento deu autonomia aos educandos, reafirmando o trabalho como Princípio educativo:

O trabalho forma, educa, ensina e se este se constitui no pensamento praxista o mote de sua teoria pedagógica, por outro lado o trabalho coletivo, conjunto, em parceria e comunhão entre docentes e entre docentes e educandos representa um espaço singular e profícuo para a materialidade do projeto político pedagógico escolar. (MOLINA; FERREIRA, 2014, p. 146).

As comunidades visitadas foram sugeridas pelos educandos, dentro da possibilidade de atender as demandas de local e alimentação. As comunidades próximas ajudariam na organização. As especificidades de cada comunidade e as suas experiências culturais refletiram-se na preparação em que os educadores utilizaram nas aulas para discutir as demandas com os educandos. São aprendizagens que ensinaram muito mais do que anos de formação, aprender a aprender, aprender a ensinar com as comunidades e educandos. Esta experiência do ProJovem Itinerante foi uma proposta do coletivo, assumida pelo coletivo e realizada pelo coletivo.

Foram trabalhados os conteúdos escolares, assim como o diálogo em sala de aula entre educador e educando, que surge a partir não somente do planejamento do educador, mas também quando esse se pergunta o que vai dialogar

com os educandos, principalmente quando o assunto a ser trabalhado em sala de aula diz a respeito ao cotidiano dos educandos.

Conclusão

O PJC-ST Planaltina/DF enfrentou inúmeros desafios e, neste processo, se constituiu enquanto coletivo que conseguiu propor e executar ações pedagógicas efetivas. Este trabalho permitiu refletir sobre os princípios da Educação do Campo na condução dos processos educativos e na proposição de outras práticas educativas e de ambientes educativos nas escolas do campo. Estas práticas se somaram no Programa sem prejuízo da proposição que prevê o Programa nacional. Ao contrário, estas práticas demonstraram que são complementares.

A Gerência de Educação do Campo, que faz parte da Diretoria de Educação do Campo e Eixos Transversais, vinculada a Subsecretaria de Educação Básica do Campo da Secretaria de Educação do Distrito Federal, faz um trabalho de formação continuada com professores na perspectiva da Educação do Campo; porém, falta avançar muito.

Nas práticas educativas do ProJovem, conclui-se que o trabalho coletivo se materializa na medida em que os envolvidos refletem sobre o processo em curso e avaliam cada erro, aprendendo com eles. Esta experiência do PJC-ST evidenciou muitos dos desafios quanto à organização da Educação do Campo dentro do Território de Planaltina/DF, assim como no restante do Distrito Federal e Entorno. Em minha opinião, é urgente organizar um debate mais profundo em torno da alfabetização e escolarização de Jovens e Adultos (EJA) do Campo. Organizar ações de enfrentamento do analfabetismo; buscar condições concretas e objetivas para que se massifiquem os debates sobre a Educação do Campo. Articular e fortalecer os espaços de discussão da Educação do Campo.

O Programa demonstra também a fragilidade das Políticas Públicas para a Juventude Camponesa. O Programa não tem continuidade, a turma é única e a demanda de EJA Médio é crescente. Além disso, a experiência do PJC-ST sugere que essas políticas tão que atender também as especificidades destes sujeitos, como transporte, jantar, ciranda e outras iniciativas que viabilizem uma maior participação dos sujeitos jovens e adultos do campo. ■

Referências bibliográficas

- BAHNIUK, Caroline. CAMINI, Isabela. DALMAGRO, Sandra L. **Escola Itinerante do MST: 20 anos de aprendizagens**. 2016 (mimeo)
- BARBOSA, Anna Izabel Costa, **ProJovem Campo**. In Presença Pedagógica. V22, nº 30, julho e agosto de 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação/SECAD. **Projeto Político e Pedagógico do ProJovem Campo Saberes da Terra**. Brasília – DF, 2008.
- CALDART, Roseli Salete - **Educação do Campo**. In Dicionário da Educação do Campo. Caldart, R. et al (Orgs.) Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012 (257-265).
- CURADO, K. A. **Políticas Públicas na Formação de Professores e a Relação Teoria e Prática: Um Debate com Gramsci**. In Avaliação de Políticas Públicas de Educação. Célio da Cunha, José Vieira de Sousa, Maria Abádia da Silva (Orgs.). Brasília. Faculdade de Educação. Líber Livro. 2012. p. 262-350.

- FERREIRA, Maria Jucilene Lima. **Docência na Escola do Campo e Formação de Professores: qual o lugar do trabalho coletivo.** Tese de doutorado em educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A Escola Única do Trabalho.** ITERRA. Veranópolis. 2010.
- MOLINA, M.C et all (orgs) **práticas contra hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias:** reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera. Brasília. NEAD. 2014. (60-87)
- MOLINA, M. C.; SÁ, MOURÃO, L. S. **Escola do campo.** In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p. 324-331.
- MOLINA, Monica Castagna. FERREIRA, Maria Jucilene Lima. **Desafios a transformação de Educadores do Campo: Tecendo Algumas relações entre os pensamentos de Pistrak e Paulo Freire.** In: MOLINA, Mônica Castagna. Licenciatura em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do Trabalho Docente Interdisciplinar. Brasília, NEAD, 2014.
- SABOIA, Beatriz. **A Filosofia Gramsciana e a Educação.** Em Aberto, ano 09. Nº 45 jan. mar. 1990.
- SANTOS, Elizana Monteiro dos. **Trabalho Coletivo, Interdisciplinaridade e auto-organização dos educandos: contribuições da Licenciatura em Educação do Campo da UNB para práticas educativas contra hegemônicas na experiência do ProJovem Campo Saberes da Terra do Distrito Federal.** Dissertação Mestrado. PPGE - Faculdade de Educação -UnB, 2017.